

# DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA PACIFICAÇÃO DAS FAVELAS CARIOCAS

Ana Paula Lopes<sup>1</sup>

Bianca Freire<sup>2</sup>

Sumário: 1. Introdução; 2. Características do discurso de pacificação; 3. Construção de subjetividades: Asfalto x morro; Cidadão de bem x marginal; Quem deve ser protegido x quem pode ser matável; 4. Pacificação de quem e para o quê? Integração na economia neoliberal e Cidades-mercadoria; 5. Pacificação como fenômeno global: cidades-arquipélagos de insegurança; 6. Conclusão

Resumo: O termo pacificação, muito utilizado não surgiu agora. É possível identificar discursos de pacificação em outros momentos históricos do Brasil. Veremos aqui a origem desse discurso, seu objetivos em diferentes momentos da História, quem são pacificadores e pacificados e, como a pacificação vem sendo utilizada atualmente no Rio de Janeiro. Quando ouvimos ou lemos o vocábulo pacificação, fazemos referência direta à paz e aos seus sinônimos. Assim, poderíamos dizer que a palavra pacificação mantém sinonimicamente relação com reconciliação e com ação de aquietar. No entanto, definida no dicionário de língua portuguesa como ação ou efeito de pacificar, tornar pacífico, restabelecimento da paz, a palavra pacificação tem dado nome a diferentes ações e modos de regulação social, não só o Brasil, mas em outras partes do mundo. Deve-se ressaltar que o termo pacificação é usado desde o período colonial ibérico, principalmente na América Espanhola, como justificativa para a catequização dos povos indígenas. Durante a colonização espanhola, o termo é encontrado no discurso sobre a proibição de fazer a guerra e usar meios coercitivos para forçar a conversão dos nativos nas Américas. Em novembro de 1542, com a promulgação das *Leyes Nuevas*<sup>3</sup> o termo em espanhol *pacificaciones* se consolidou. A medida proibia a escravização dos índios na América Espanhola. As *pacificaciones* também foram objeto de debate entre Bartolomeu de Las Casas, contra a escravização dos índios, e Juan Gines de Sepúlveda, que defendia a guerra contra os índios em um momento histórico que ficou conhecido como Junta de Valladolid em 1550.

Palavras-chave: constituição, pacificação, violência, cidadão, segurança, pública

## 1. Introdução

Neste artigo, faremos uma análise sobre os discursos que legitimam práticas de alteridade no controle de territórios e controle social de determinados grupos sociais. Na primeira subseção, veremos a origem do termo pacificação,

---

<sup>1</sup> Advogada, professora universitária, mestre e doutoranda em direito penal.

<sup>2</sup> Advogada, mestre em sociologia política

<sup>3</sup> Conjunto de normas que procuravam melhorar as condições dos índios da América espanhola, especialmente, através da supressão do sistema de *encomiendas*.

seu significado e tem se legitimado do Brasil através do discurso. A subseção seguinte tratará da construção de subjetividades e dicotomias que permeiam a sociedade fluminense. Na terceira subseção, abordaremos o objetivo das políticas de pacificação das favelas da cidade do Rio de Janeiro e as suas consequências econômicas para o estado. A última subseção deste capítulo trará a pacificação como um fenômeno global e analisaremos como outros países do mundo se utilizam da mesma estratégia para manter a paz em seus territórios.

## **2. Características do discurso de pacificação**

Muito embora a ideia de pacificar tenha como sentido trazer a paz e a reconciliação, em outros momentos históricos mundiais o termo é visto com sentidos diferentes. Em 1983, foi promulgada na Argentina a Lei da Pacificação Nacional, que “declarava prescritos todos os delitos ligados à repressão”<sup>4</sup> em relação aos dirigentes da ditadura militar. Essa lei impedia as investigações, prisões etc., extinguindo qualquer ação penal relativa aos políticos e militares da ditadura.

Embora não seja possível dizer exatamente quando o termo “pacificação” se institucionalizou na América portuguesa, encontramos tal termo no Brasil a partir do século XV no que se refere à conquista de territórios ocupados por povos indígenas. À partir do século XIX, ele passou a se referir a uma política aplicada por militares.

No século XVI, segundo Pacheco de Oliveira a pacificação aconteceu como um dos princípios da colonização portuguesa de caráter militar na América. A justificativa foi a conquista de novos territórios, expropriação das terras ocupadas pelos índios e controle das populações indígenas por missionários. Segundo o autor, tratava-se de promover uma guerra de conquista contra as nações indígenas, submetendo as populações e as autoridades autóctones ao exclusivo comando de El Rey, transformando as suas terras efetivamente em território português<sup>5</sup>, cujas coordenadas apresentavam-se em regimentos advindos de Portugal.

---

<sup>4</sup> NOVARO, PALERMO, 2007, p. 664

<sup>5</sup> PACHECO DE OLIVEIRA, 2014, p. 129-130

Em 1548, Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, elaborou um regimento que passou a legitimar a pacificação. A partir de então, essa tática de intervenção passou a ser balizada por esse documento, chamado de processo de pacificação de Guerra Justa que se baseava nos mesmos procedimentos utilizados contra os muçulmanos no século XIII.

De acordo com o descrito no regimento, a recomendação era de atrair os índios, fazer guerra aos que se mostrassem inimigos, destruir aldeias, matar, cativar enquanto se negociasse a paz, conforme os seguintes trechos do texto: “atraí-los à paz para a propagação da fé, aumento da povoação e do comércio”; “que se fizesse guerra aos que se mostrassem inimigos [...] destruindo-lhes as aldeias e povoações matando e cativando [...] e fazendo executar nas próprias aldeias alguns Chefes que pudesse aprisionar enquanto negociasse as pazes”

Durante a colonização do Brasil, os interesses iniciais da pacificação para Portugal diziam respeito à conquista de novos territórios e a apropriação de terras. No Brasil do século XIX, a pacificação teve o cunho de demarcação de seu território. Nesse sentido, a expansão territorial foi a justificativa oficial para o processo de pacificação até o século XIX.

Durante o Império, o discurso de pacificação foi retomado, mais precisamente durante o período regencial<sup>22</sup> que aconteceu entre os anos 1831 e 1840. Dezenove rebeliões eclodiram em todo o Império. Do norte ao sul do país, os principais movimentos ocorridos foram: Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835), Balaiada (1838-1841), Cabanagem (1835-1840), Cabanada (1832), Praieira (1848), Revolta de Carrancas (1833), Revolta de Manuel Congo (1838), Revolta do Reino da Pedra Bonita (1838) e Revolta dos Malês (1835). Surgiu então a ideia de pacificação em territórios brasileiros. Exercida pelos militares, Duque de Caxias foi um dos atores responsáveis pela implantação de práticas de pacificação durante as rebeliões regenciais.

Desde a Independência, o Brasil foi concebido, segundo Antônio Carlos Robert Moraes, como um espaço, e não como uma sociedade: o espaço é pensado como algo a ser conquistado, e as populações como instrumentos desse movimento de conquista. Nesse sentido, Moraes defende que durante a construção do Brasil como Estado moderno, foi assumido um projeto nacional básico no qual o território e não a nação é seu principal motor de formação.

Para enfrentar aqueles que se rebelavam contra à autoridade da Regência, foi criada em agosto de 1831, a “Guarda Nacional”, que tinha no Batalhão Sagrado o seu embrião<sup>6</sup>Vinculada aos propósitos descentralizadores dos liberais que assumiram a primeira regência a Guarda Nacional era considerada, nesse contexto, como uma proteção ao trono brasileiro, em oposição ao Exército, ainda identificado com D. Pedro I<sup>7</sup>. Segundo Gomes, a Guarda Nacional foi um instrumento policial empregado para impor a lei e a ordem pública, reprimindo com violência as constantes agitações populares e revoltas militares. Serviu, basicamente, aos interesses da oligarquia agrária, preservando as grandes propriedades rurais, a escravidão, e reprimindo os movimentos oposicionistas ao governo regencial.

A pacificação no período regencial, teve por objetivo manter a unidade territorial do país e, para tanto, a figura de Luiz Alves de Lima e Silva foi essencial. Chamado posteriormente de Duque de Caxias, este foi o responsável pelo processo de pacificação que colocou fim às rebeliões que ocorreram durante o período regencial. Destaca-se que algumas, como a Balaiada e a Farroupilha, só terminaram após o período regencial, quando o Brasil já estava no Segundo Reinado. A primeira terminou em 1841 e a segunda, em 1845.

Conhecido como pacificador, Duque de Caxias, após a abdicação de D. Pedro, voluntariou-se para o Corpo de Guardas Municipais Permanentes (hoje a Polícia Militar do Rio de Janeiro), que combatia rebeliões contra a Regência. Em 1832, assumiu, enquanto tenente-coronel, o comando do Corpo de Guardas Municipais.

Embora não muito discutido na literatura, esse período inicial da carreira de Luiz Alves é considerado por historiadores militares um momento definitivo para o desenvolvimento das estratégias e táticas de “polícia” e de patrulhamento ostensivo das vias públicas aplicadas posteriormente por Caxias em suas campanhas “pacificadoras”.

O projeto de pacificação descrito no site da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro afirma que o objetivo da UPP é assegurar a “retomada

---

<sup>6</sup> LOPES, MOTA, 2008, s/p.

<sup>7</sup> HAYES, 1991, p.266

permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população”. Ainda de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, a UPP considera que a pacificação tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades.

Se é a retomada de território e a aproximação do Estado o que almeja a UPP, produz-se, nesses dizeres, um estranhamento, pois significar pacificação na relação com território e aproximação do Estado é de certa maneira apontar para favela como um espaço não contido no nacional (aquele que está fora, a ser conquistado) e paranecessidade de mediação/de mediadores (aí a polícia, força repressiva) entre Estado e favela.

Para Gomes<sup>8</sup>, a UPP não trouxe mais violência às favelas. Ao contrário, as UPPs conseguiram restaurar a ideia de lei e ordem nesses locais, assim como seus policiais se tornaram mediadores em conflitos.

O discurso da pacificação é assim marcado pelo movimento de indistinção, pois como define Orlandi (1996), a indistinção é a presença de dois no espaço de um: seja do sentido, seja do sujeito, seja da língua. Esse movimento de indistinção torna-se mais explícito ao passo dá visibilidade às fronteiras entre as formações discursivas quando se observa o discurso dos moradores de favelas sobre a pacificação, lembrando que os sentidos derivam de e são determinados por formações discursivas. Como exemplo dessa indistinção, poderíamos mencionar os diferentes discursos no momento em que um morador de favela é assassinado no Rio de Janeiro. Pelos policiais representantes do Estado, na maioria das vezes o discurso relata que houve um confronto entre policiais e bandidos. Já para os moradores, o discurso é quase sempre o mesmo, de que a polícia chegou atirando “do nada”.

Especialistas em violência urbana e em políticas de segurança pública afirmam que as técnicas aplicadas para conter o tráfico de drogas nas favelas e adotadas no projeto das UPP, reproduzem modelo desenvolvido desde 2004 no Haiti pelo Brasil. Na operação no Complexo do Alemão, por exemplo, iniciada

---

<sup>8</sup> GOMES, 2014, p. 234

em 28 de novembro de 2010, o comandante do Exército, General Enzo Peri<sup>9</sup>, declarou que:

As tropas terão no Alemão exatamente o mesmo papel que terão no Haiti. Farão a segurança de toda a área do Complexo do Alemão, inclusive de polícia (...) eles estão bem instruídos, eles são bem preparados. Tal como nós fazemos sempre com os contingentes que vão sempre para o Haiti, submetemos todo o efetivo a um preparo importante.

Os discursos, práticas e identidades articulados nas narrativas de pacificação no Rio de Janeiro são, como toda construção social, instáveis, sempre passíveis de contestação e mudanças. Os incidentes recentemente ocorridos nos confrontos entre a polícia e indivíduos supostamente ligados ao tráfico têm novamente articulado um discurso da guerra e do inimigo interno. Assim, a insegurança oriunda do retorno do crime organizado e pelo aumento da violência em áreas pacificadas têm apontado os limites e contradições das práticas de pacificação<sup>10</sup>. As preocupações crescentes quanto à manutenção das UPPs após os megaeventos de 2014 e 2016 participam da desestabilização de discursos e práticas pacificadoras, de assimilação do outro, de integridade do território nacional. A imagem de um Rio de Janeiro partido, onde manifestações anti-UPP são vistas, assim como confrontos entre a população e os agentes de segurança macula o discurso inicial de pacificar através da polícia comunitária. A intensificação do discurso de necessidade de pacificação se justifica em dicotomias existentes e recorrentes no Rio de Janeiro, tais subjetividades legitimam práticas de alteridade que na maioria das vezes poderiam violar direitos e garantias de determinados grupos sociais.

### **3. Construção de subjetividades: Asfalto x morro; Cidadão de bem x marginal; Quem deve ser protegido x quem pode ser matável**

A construção do medo no Rio de Janeiro se dá também através de dicotomias que tornam a territorialidade da cidade ainda mais difícil de ser compreendida. É comum ver a distinção entre morro x asfalto, tirando a favela de dentro de um determinado bairro. Um exemplo é mencionar que houve tiroteio no Pavão Pavãozinho e não em Copacabana ou omitir a informação que a

---

<sup>9</sup> PERI, 2010, s/p

<sup>10</sup> CONNOR, 2014, p. 37

Rocinha fica situada no bairro de São Conrado, o que faz com que a favela passe a ter uma identidade territorial própria, fora dos bairros da cidade.

Para a pesquisadora Letícia Cantarela Matheus<sup>11</sup>, a inserção ou a da favela de um determinado contexto tem cunho estratégico.

Segundo Matheus<sup>12</sup>, a forma com que uma determinada experiência social é narrada é capaz de fazer a realidade passar por um processo de rerepresentação. Nesse sentido, a pesquisadora faz alusão ao filósofo Paul Ricoeur e a sua concepção de teoria narrativa: “nas intrigas que inventamos o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda”.

A representação da violência urbana por meio de contraposições entre periferia e centro, utilização de personagens que encarnam tipos estereotípicos ou exemplificadores, a abordagem sensacional, entre outros aspectos, estariam a serviço da perpetuação e difusão de um medo da violência, sobretudo, por parte de uma parcela da específica da sociedade representada pela classe média, que se manifesta nas narrativas de acordo com o que não é dito estrategicamente, sobre o que é dito e de que maneira a mensagem é passada pelo meio gerador dessas informações. Ao analisar a obra de Matheus, Ferreira Júnior<sup>13</sup> afirma que:

Em relação à violência urbana no Rio de Janeiro, apresentada ora como problema do presente a ser resolvida, ora como reduto da de uma espécie de “maldade” ou “criminalização” de estratos das populações periféricas e da necessidade de proteção de que a elite (necessita se cercar, pois conforme ela afirma, “pelo menos nesses dois casos, o medo midiático girou em torno de alguns fantasmas específicos do imaginário de determinados grupos sociais” (p. 12). E, na visão da autora, a influência do medo no acionamento e na retroalimentação de uma espécie de “imaginário sobre a violência”

---

<sup>11</sup> MATHEUS, 2011, p.55

<sup>12</sup> 1994, p. 12 apud MATHEUS, 2011, p. 12

<sup>13</sup> FERREIRA JUNIOR, 2014, p. 274

Nesse sentido, Santiago<sup>14</sup> afirma que a cidade é pensada de forma partida, onde determinadas regiões são consideradas territórios de ilegalidade.

Embora inserido dentro do contexto morro x asfalto, outra dicotomia também é usada com relação à organização social da cidade do Rio de Janeiro. A figura do cidadão de bem vem em contrapartida à figura do marginal. O primeiro deve ser protegido enquanto que o segundo não tem proteção estatal.

Essas narrativas são contadas de modo a fomentar sensações que criam estereótipos que implicam tanto na estigmatização quanto na compaixão. Elas são produzidas dentro de uma lógica que transporta a violência urbana para longe de uma problemática social, privilegiando a iminência do perigo e contribuindo com um tipo de reforço da sensação da insegurança constante, entendida tanto como fragilidade de potenciais vítimas que na maioria das vezes estão inseridas em uma posição social elitizada, os chamados cidadão de bem que vivem em um eterno descontrole social e defendem que a violência deve ser temida porque já não é possível regulá-la o contê-la na cidade.

Para a proteção do cidadão de bem, vidas são eliminadas com a anuência estatal. Nesse sentido, mesmo desconsiderando todos os fatores econômicos e sociais, os homens negros têm 23,5% mais chances de serem assassinados do que os brancos no Rio de Janeiro. A estimativa é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apresentou tal estudo em 2016<sup>15</sup>.

De acordo com o pesquisador Daniel Cerqueira, o objetivo da análise foi investigar as razões dessa diferença de letalidade baseada na cor da pele, já que, de cada sete pessoas assassinadas no Brasil, cinco são afrodescendentes. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, enquanto os homicídios de não negros caiu 13,7% de 2004 a 2014, no mesmo período o assassinato de negros cresceu 19,8%.

O Atlas da Violência 2017<sup>16</sup>, que analisou a evolução dos homicídios no Brasil entre 2005 e 2015 a partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, mostra ainda que aconteceram 59.080 homicídios no país, em 2015. Quase uma década atrás, em 2007, a taxa

---

<sup>14</sup> Valladares, 2005, p. 20; SANTIAGO, 2016, p. 54-55

<sup>15</sup> FERREIRA JÚNIOR, 2014, p. 277

<sup>16</sup> Estudo realizado pela pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado em junho de 2017. Fonte: <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>

foi cerca de 48 mil. Esse aumento para quase 60 mil mostra uma naturalização do fenômeno por parte do poder público. Daniel Cerqueira (2016), coordenador de pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, explica que a naturalização dos homicídios se dá por processos históricos e econômicos de desigualdade no país, que fazem com que a sociedade não se identifique com a parcela que mais sofre com esses assassinatos.

Esse contexto de subjetividades e dicotomias, nos leva a pensar se de fato as UPPs foram criadas para levar paz e segurança aos moradores das favelas da cidade ou se questões de cunho econômico foram relevantes para que tais medidas fossem adotadas. Na subseção a seguir, veremos como a pacificação das favelas foi um passo importante para que megaeventos acontecessem na cidade do Rio de Janeiro.

#### **4. Pacificação de quem e para o quê? Integração na economia neoliberal e Cidades-mercadoria**

A marchinha de carnaval “Cidade Maravilhosa”, criada em 1935 pelo compositor André Filho, posteriormente se tornou hino da cidade do Rio de Janeiro enaltece as belezas naturais da cidade e o fascínio exercido nos visitantes. A partir de então, a cidade ficou conhecida como a “Cidade Maravilhosa” e tal discurso adotado pelo Estado, fomentou iniciativas governamentais para que a ideia de que o Rio de Janeiro é um paraíso fosse preservada. Décadas depois, mais precisamente nos anos 60, o Rio de Janeiro passou por crises econômicas que levaram ao questionamento se a cidade ainda poderia ser considerada maravilhosa.

Nesse sentido, Pedro Barreto Pereira<sup>17</sup> afirma que:

Com a transferência da capital da República para Brasília, em 1960, calcula-se que a cidade tenha perdido cerca de 120 mil empregos públicos, além da natural fuga de investimentos privados. O crescimento do consumo de cocaína nas classes alta e média, nos anos 1970, e, conseqüentemente, da repressão ao comércio varejista de entorpecentes nas favelas cariocas, acentuada a partir do início do governo Moreira Franco, em 1986 contribuiu para macular a imagem criada e cultivada nas décadas anteriores.

---

<sup>17</sup> PEREIRA, 2015, p. 188

Na década de 90 algumas cidades brasileiras, inclusive o Rio de Janeiro, começaram a receber uma atenção maior do poder público e do setor empresarial que passaram a tratar tais cidades como cidades-mercadorias. Para Andreia de Souza Carvalho<sup>18</sup>, a cidades-mercadorias tem ligação com os processos de globalização.

Nesse período iniciou-se um tipo de administração governamental explicitamente articulada com os setores da iniciativa privada, no qual seus interesses cada vez mais se tornavam vinculados às políticas públicas. Nesse sentido, destaca-se que o ponto de partida da intervenção empresarial nas políticas públicas, foi o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, na primeira gestão do prefeito César Maia (1993-1996). De acordo com declarações do próprio prefeito, o objetivo era “tornar a cidade mais atraente para investimentos externos”.

Para Rogério de Souza<sup>19</sup>, a valorização dos espaços públicos, através de melhorias esteticamente planejadas, possibilitaria uma melhor colocação da cidade no mercado global.

Com a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade em 2007, a ideia de resgatar a imagem da cidade maravilhosa se intensificou. Nas gestões Sérgio Cabral Filho como governador e Eduardo Paes como prefeito e, através de patrocínios empresariais e aparato midiático, os antigos atributos da cidade voltaram a ser exaltados, de forma a justificar escolha da capital fluminense para sediar os megaeventos internacionais que se aproximavam.

A partir da escolha do Rio de Janeiro como sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, teve início uma série de intervenções urbanas promovida pelas esferas federal, estadual e municipal. Era preciso refundar a genuína Cidade Maravilhosa, que perdeu seu poder econômico na década de 60, não só em razão da mudança da capital federal para Brasília, mas, principalmente, pela desatenção e má gestão pública que se abateu sobre o estado do Rio de Janeiro e sua capital.

Dessa forma, para garantir novamente a credibilidade dos organismos internacionais, seus financiadores e visitantes estrangeiros, foi essencial

---

<sup>18</sup> CARVALHO, 2011, s/p

<sup>19</sup> SOUZA, 2013, s/p

resgatar a identidade da cidade, reforçar os seus pontos positivos e tentar reparar ou na maioria das vezes, mascarar as mazelas de décadas de gestão conturbada. Em ação conjunta, os três níveis de governo colocaram em prática diversas modificações urbanísticas na cidade, de forma a construir equipamentos esportivos, mobilidade e infraestrutura. Essa possibilidade abriu caminho para grandes investimentos da iniciativa privada e dos setores públicos na tentativa de uma renovação urbana para, a partir do aumento do número de visitantes, fortalecer a economia carioca e oferecer uma cidade mais organizada e principalmente mais segura aos futuros visitantes.

Destaca-se que para que tais alterações fossem realizadas, o governo adotou medidas que, em muitas das vezes, prejudicaram os moradores da cidade. A desapropriação é um exemplo dessa ausência de diálogo com a população. Para a reforma do Maracanã, confrontos aconteceram entre o poder estatal e os moradores despejados da Favela do Metrô, próxima à Mangueira. Na obra do estádio, foram gastos cerca de R\$ 1,3 bilhão e sua gestão foi entregue a um consórcio privado de empresas, através de uma licitação, até hoje, envolta em suspeitas quanto à sua lisura.

Tais desapropriações não ocorreram apenas em torno do Maracanã. Para garantir o transporte ágil durante os megaeventos, o poder público criou corredores expressos de ônibus, ligando as zonas oeste e norte do Rio, os chamados *Bus Rapid Transit* (BRTs). Pode-se dizer que ao todo, aproximadamente, 10 mil moradores de favelas ou pequenos bairros localizados no trajeto do BRT, de acordo com dados do Comitê Popular Rio e Olimpíadas foram removidos de suas casas. Outra polêmica envolvendo as obras relacionadas aos megaeventos foi a criação do Campo de Golfe Olímpico, construído sobre uma área de preservação ambiental na zona oeste da cidade<sup>20</sup>

Muito embora não tenha sido explicitada a relação entre os megaeventos e a criação das UPPs, é possível identificar de forma implícita a necessidade de reduzir a insegurança na cidade e assim atrair mais visitantes. Nesse sentido, o investimento na área da segurança tem ligação com a tentativa de mudar a imagem da cidade e assegurar aos comitês organizadores da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos que o Rio de Janeiro está seguro no que diz respeito à

---

<sup>20</sup> PEREIRA, 2015, p. 190

violência.

Um exemplo disso, foi a participação do Capitão da UPP Santa Marta como integrante da comitiva oficial do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) em Copenhague, Dinamarca, quando foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos de 2016. Para Monique Batista Carvalho, o fato pode ser compreendido como uma espécie de aval para os organizadores de que a política de pacificação estava sendo bem sucedida.

No momento da elaboração e divulgação dos projetos de implantação das UPPs, nenhuma relação com os megaeventos e a preparação da cidade como uma cidade-mercadoria foi divulgada. Esses objetivos somente foram expostos e acionados como discurso de segurança no momento em que o programa ganhou visibilidade expressiva e quando já desfrutava de expectativas positivas por parte da população.

Nesse sentido, identificar relação entre os primeiros discursos governamentais que foram publicados na imprensa sobre os Jogos Olímpicos de 2016, a Copa do Mundo de 2014 com vetores que contribuíram para a concepção e implantação do novo modelo de policiamento em favelas, não é tarefa fácil. Assim, para que possamos encontrar a ligação entre os megaeventos e a implantação das UPPs, será necessária a análise dos discursos não explicitados de forma latente e não amplamente divulgados em veículos de mídia.

Além da união entre as políticas públicas estaduais e municipais, a iniciativa privada também participou de diferentes formas na experiência de pacificação. Exemplos como o fundo para as UPPs que reúne a colaboração de cinco empresas doadoras de recursos para execução de obras e aquisições de materiais para as sedes das Unidades e as parcerias de diferentes instituições privadas com a secretaria de segurança na execução de projetos sociais é um dos indicativos de como a ideia da pacificação das comunidades foi aceita não só pelo estado, mas também pela sociedade de uma maneira geral.

Até outubro de 2015, 38 favelas receberam UPPs. Em sua quase totalidade, as ocupações estão localizadas nas zonas sul, norte e centro da cidade, estrategicamente em uma região conhecida como cinturão de segurança do entorno financeiro do Rio próximas a equipamentos esportivos utilizados nos megaeventos, ou em áreas próximas a vias de grande tráfego.

Nesse sentido, destaca-se que os primeiros rumores oficiais de um discurso voltado para a relação entre o projeto das UPPs e os megaeventos ocorreu a partir do anúncio da ocupação do Morro da Mangueira, com o objetivo de promover a instalação de uma base que futuramente se transformaria em UPP na região. Esse discurso, no entanto, não foi diretamente colocado como parte dos objetivos principais da implantação e expansão do projeto de policiamento comunitário. No início, o discurso oficial apresentava-se como construção de um cinturão de segurança, o que não deixa de ser revelador no sentido da produção de um mecanismo de vigilância e controle de um lugar que representa aglomerados e que necessita de um braço do estado para manter seu controle.

O investimento na segurança da cidade do Rio de Janeiro, principalmente com a intervenção nas favelas, não foi pensado apenas com o objetivo de reduzir a violência local, mas sim como uma forma de atrair visitantes e, assim, gerar lucros para a cidade. Criadas nesse contexto, as UPPs exercem uma função neste processo. Com a redução dos confrontos entre policiais e grupos armados, as favelas tornaram-se ponto turístico para visitantes nacionais e estrangeiros, que procuram tanto o fascínio e o horror frente aos imaginários da favela violenta e desregrada quanto o fascínio e o glamour da favela comunidade estilizada ou autêntica<sup>21</sup>.

No caso do Rio de Janeiro, o processo de revitalização não se dá apenas por meio da ocupação policial nas favelas, da criação de novas linhas de metrô e ônibus e da modernização da zona portuária, mas também pela remoção de favelas que dão lugar a equipamentos esportivos e corredores de ônibus, da construção de muros nas comunidades, da chegada de grandes empresas às favelas, em substituição ao pequeno comércio, ou da substituição de antigos moradores por recém-chegados com poder aquisitivo mais elevado.

No contexto dos megaeventos esportivos internacionais que aconteceriam na cidade, as UPPs ganham uma nova dimensão nas reportagens: a da oportunidade. Tanto para o morador da favela que teria melhorias em sua vida cotidiana que não seriam apenas relacionadas à segurança, mas também da oferta de outros serviços que passariam a existir a partir da presumida

---

<sup>21</sup> JAGUARIBE, 2011, p. 343

pacificação. Assim, o morador ou investidor poderiam frequentar e se divertir em locais onde até então não era possível investimento.

No entanto, as consequências da popularização da favela não trouxeram apenas benefícios à população local. Durante esse período, foi possível observar algumas violações de direitos e liberdades civis dos moradores, como a saída da favela para outras localidades, devido ao surgimento de uma favela inflacionada. Porém, tais acontecimentos não recebem a devida atenção do Estado e são considerados um mal necessário para o crescimento da cidade. Na manchete de jornal abaixo, podemos observar como a implantação das UPPs deu uma nova roupagem a determinadas áreas de cidade e como dessa valorização, o perfil dos moradores também mudou.

## **5. Pacificação como fenômeno global: cidades-arquipélagos de insegurança**

A insegurança urbana é uma questão central que vem preocupando não só os chefes de Estado, mas os indivíduos de forma global. Para analisarmos tal fenômeno, faz-se necessário o estudo das dinâmicas urbanas e dos processos de metropolização que, associadas ao processo de globalização, dão forma à modernidade tardia nas suas dimensões social, cultural, política e econômica.

Nesse sentido, Gustavo Souza<sup>22</sup> afirma que:

É possível enxergar as cidades hoje como depósitos de problemas de toda natureza e proporção. Ao mesmo tempo, elas podem ser vistas como campos de batalha, em que a mixofilia e a mixofobia disputam e, às vezes, a palavra final. Por fim, atrelado a esses dois aspectos, podemos ver as cidades como laboratório de experiências a partir da convivência com a diferença. Bauman salienta que nas cidades se tornam perceptíveis os problemas “criados e não resolvidos pelo espaço global” (p. 78), que vão desde a poluição do ar e das águas, passando pela gerência deficiente do sistema de saúde público, até o inchaço dos grandes centros urbanos provocado pelo acentuado êxodo rural.

As grandes cidades apresentam duas importantes vertentes diante da multiplicidade de hábitos e pontos de vista de seus habitantes. A primeira delas, chamada por Bauman (2008) de mixofobia, repulsa a convivência com a

---

<sup>22</sup> SOUZA, 2010, p. 338

pluralidade, que passa a ser vista sob o enfoque do incômodo e da insegurança, isto é, o medo de misturar-se com o outro. Mas a diversidade e a heterogeneidade características das metrópoles podem também provocar o movimento inverso, balizado na curiosidade e na aprendizagem com o estranho ou, simplesmente, a mixofilia.

A definição do que é crime e do que é violência pressupõe a sua contextualização nas suas dimensões espaciais e temporais. O crime refere-se sempre a um determinado espaço social, a um determinado quadro normativo e, naturalmente, a uma ordem econômica específica, a noção de crime é atualmente tem ligação com a globalização.

Destaca-se que a metropolização e o crescimento da população urbana não é por si algo positivo ou negativo. Historicamente, as cidades têm desempenhado um papel importante na modernização e desenvolvimento das sociedades, evidenciando uma maior capacidade de atrair investimentos e de gerar oportunidades de emprego, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. Esse progresso se assenta na capacidade de assegurar um ritmo de crescimento econômico capaz de satisfazer as necessidades acrescidas por um aumento rápido da população.

No entanto, apesar do progresso econômico, a riqueza gerada nas cidades não é suficiente para eliminar a pobreza. Ao contrário, muitas cidades, particularmente as do Hemisfério Sul que apresentam os ritmos mais intensos de crescimento demográfico, têm sido espaços potenciadores de pobreza e de desigualdades sociais a que se associa, quase sempre, risco acrescido de emergência de instabilidade social. A vulnerabilidade das mega e metacidades do hemisfério Sul está inscrita neste quadro.

Segregação social e pobreza têm sido associadas ao quadro de violência e de insegurança que caracteriza as cidades dos países em desenvolvimento. Dessa forma, é possível associar a pobreza continuada e a grande desigualdade social a níveis elevados de violência e de criminalidade, particularmente de crimes graves como os homicídios. Nesse sentido, que os grupos sociais mais desfavorecidos da população urbana são aqueles que sofrem as maiores consequências de toda essa violência.

É importante ressaltar que os processos de pacificação e a disputa de territórios não são fenômenos que ocorrem somente no Brasil. O mesmo

processo pode ser visto em outros locais do mundo e pode inclusive, ser considerado um fenômeno global. A experiência brasileira na contenção de violência urbana, foi um fator que facilitou a pacificação no Haiti. MINUSTAH, sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*, uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004.

Para Gomes<sup>23</sup>, o envio das tropas brasileiras para ocupação do Haiti e liderança da missão de paz, influenciou o processo de pacificação das favelas cariocas e constatou, ainda, que a participação brasileira para a pacificação do Haiti tem efeitos também no Brasil e só foi possível pela construção identitária histórica das Forças Armadas brasileiras, que também contribuem para a representação de uma identidade do Brasil. Dessa forma, a partir da perspectiva pós-colonial, os autores entendem a MINUSTAH como uma forma diferente de estabilização e promoção da paz, pois os contingentes militares que a compõem também são originários de países ex- colônias, em desenvolvimento e por isso se entendem como similares ao Haiti.

Paul Amar defende um novo modo de governança em emergência de alcance global em torno da segurança. Trata-se da transição dos modelos e dos discursos de base econômico-liberal a um outro baseado no que ele chama de securitização. Amar utiliza dois casos – Cairo e Rio de Janeiro – para sustentar a ideia que, à despeito de diferenças importantes, as duas sociedades compartilham algo como nações semi-industrializadas do Sul Global, com uma história de autoritarismo político, um rico patrimônio cultural e a articulação forte entre sexualidade/gênero e raça. Por isso, de forma a caracterizar esse fenômeno como algo global, o autor chama essas cidades de ilhas de um mesmo arquipélago.

O argumento geral se sustenta na identificação da retórica de governança, articulada no Sul Global, que abandona a linguagem do neoliberalismo e de suas subjetividades individualistas em nome de uma doutrina baseada na segurança das favelas e da retomada de territórios que fugiram ao controle do Estado.

Amar discute ainda, por exemplo, as políticas de revitalização da Lapa, no Rio de Janeiro, e a luta das travestis para permanecerem no local, em paralelo

---

<sup>23</sup> GOMES, 2014, p.233

aos ataques ao *queer globalism* no Cairo. Ali onde a polícia, em 2001 prendeu 52 homens, participantes de suposta festa *gay* em um barco que navegava no rio Nilo. Em ambos os casos, e no contexto da Primavera Árabe<sup>28</sup>, o autor identifica e localiza não apenas as formas de governança baseadas na purificação moral de pessoas e lugares, mas também as correspondentes formas de resistência e luta. No Cairo, o confronto em torno da *Gay International*, no Rio de Janeiro, a Lapa, e sua “despoluição”, isto é, sua integração a novos circuitos de consumo e lazer. Em outras palavras, sua salvação ou resgate.

## **6. Conclusão**

Como vimos no decorrer deste capítulo, observamos como a construção do discurso se dá e quais são os seus efeitos perante a sociedade. No caso em tela, especificamente o discurso de pacificação que não surge agora no Brasil, e permeia a nossa sociedade desde o Império. Em alguns momentos, percebemos que o significado da pacificação se adaptou ao contexto histórico e, em alguns, casos não teve como objetivo principal trazer a paz, mas alterar o cenário da cidade do Rio de Janeiro e obter benefícios econômicos. Foi possível observar também que o discurso de pacificação se legitima na construção de dicotomias facilmente encontradas no cotidiano da sociedade carioca. A criação de sujeitos do bem e do mal, a divisão entre morro e asfalto justifica que determinadas práticas sejam adotadas pelo Estado a fim de proteger um determinado grupo social, enquanto outros grupos permanecem à margem. Tratamos ainda da insegurança ligada à mundialização das grandes metrópoles e da pacificação enquanto um fenômeno global que assola principalmente os países do Sul Global.

## Referências Bibliográficas:

OLIVEIRA, João Pacheco. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. MANA, vol. 20, n. 1, Rio de Janeiro, 2014.

HAYES, Robert Ames. A Nação Armada. A mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.

GOMES, Maíra Siman. A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

CONOR, Foley. Pelo telefone: Rumors, truths and myths in the ‘pacification’ of the favelas of Rio de Janeiro. Humanitarian Action in Situations other than War (HASOW). Discussion Paper 8, 2014.

Disponível em: <http://www.hasow.org/uploads/trabalhos/117/1159014430.jpg>. Acesso 20 de janeiro de 2018.

MATHEUS, Letícia Cantarela. Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2011

VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

PEREIRA, Ana Cristina. Alteridade e identidade em Tabu de Miguel Gomes. In Comunicação e Sociedade, vol. 29, 2016, pp. 311 –330. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

SOUZA, Adriana Barreto. Duque de Caxias: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Gustavo. Da confiança ao medo: viver nas grandes cidades em tempos de globalização. In: Comunicação , mídia e consumo, São Paulo vol.7 n.20, 2010

SOUZA, Rogério. Ferreira. Grupos Subalternos e agentes sociais nas favelas cariocas. In: Seminário Internacional "Gramsci e os movimentos sociais", 2010, Niterói. I Seminário Internacional Gramsci e os movimentos sociais, 2010

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347,. 2011.